

# Jair Soares quer politizar dívida

5 JAN 1987

EXT.

**Porto Alegre** — O governador gaúcho, Jair Soares (PFL), ao defender a renegociação da dívida externa, afirmou, ontem, que “tendo que pagar 1 bilhão de dólares por mês para os banqueiros internacionais, não há constituição que retire o país do constrangimento”. Ele conclamou a opinião pública a pressionar “por um equacionamento político e social da questão da dívida externa do Brasil e do Terceiro Mundo”.

Para ele, neste início de ano, o povo brasileiro “vive as reservas e as decepções derivadas do caminho concreto que o Plano Cruzado tomou: de uma versão eufórica de que a inflação estava completamente dominada, a nação chega a janeiro de 1987 sofrendo o ágio, o desabastecimento, o aumento severo dos preços e um quadro salarial desgastante, avaria-

do por índices manipulados do custo de vida”.

5 JAN 1987

Apesar do quadro desestimulante da economia, o governador considera que “a prosperidade e o controle inflacionário dependem de uma fórmula sensata: alta produção, gastos compatíveis com os ganhos e poupança disciplinada e espartana para gerar novos investimentos”. Observou que a reabilitação da economia depende “menos de planos heterodoxos de tecnocratas e muito mais do bom senso, do nosso trabalho incessante e inteligente”.

A manifestação ocorreu no programa **Os gaúchos e o governador**, transmitido aos sábados pela Rádio Gaúcha. Jair Soares salientou que o Plano Cruzado “foi uma ilusão” do ano passado e continuou dizendo que “a inflação zero era

uma coisa sonhada por todos os brasileiros, mas agora caímos na realidade e estamos com este problema sério do ágio a infernizar a vida da população”. Acrescentou que o Plano Cruzado II trouxe “aumentos que vão, em cascata, atingindo todos os setores”.

Ao abordar o impasse do pagamento da dívida externa, defendeu uma renegociação em bloco dos países devedores, frisando que ela “tem um caráter político tão agudo, influencia de tal modo o desenvolvimento, a fome e os problemas sociais das nações, que seu pagamento deve ser escalonado de acordo com critérios de sobrevivências das pessoas”. Na sua opinião, devedores e credores devem dialogar e “reconhecer o caráter social, político e moral desta questão, suplantando uma visão estritamente bancária”.